

Volume, 17, n.2, ano 2021

## Condições físicas e materiais das salas de recursos multifuncionais em Jacobina-BA

Physical conditions and materials of the multifunctional resources rooms of the  
Jacobina-BA

Condiciones físicas y materiales de las salas de recursos multifuncionales de la  
municipalidad Jacobina-BA

Osni Oliveira Noberto da Silva<sup>1</sup>  
Theresinha Guimarães Miranda<sup>2</sup>  
Miguel Angel Garcia Bordas<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo do artigo foi apresentar as condições físicas e materiais das salas de recursos multifuncionais do município de Jacobina-BA a partir da avaliação de docentes que atuam nelas, através de questionário aplicado a 14 docentes do município de Jacobina, estado da Bahia. De acordo com os sujeitos entrevistados, foi possível inferir que a estrutura física e material avaliados demonstram que ainda existe um longo caminho a ser trilhado para que os docentes tenham um local de trabalho com que possa ser considerado ideal. Os dados apresentados e corroborados por diversas outras pesquisas deixaram claro que a má qualidade no que diz respeito a estrutura física e material, tanto das salas de recursos multifuncional quanto das escolas onde elas estão localizadas, prejudica tanto o trabalho docente e o aprendizado dos alunos.

**Palavras Chave:** Condições de trabalho docente; Educação Especial; Salas de recursos multifuncionais.

**Abstract:** The objective of the article was to present the physical and material conditions of the multifunctional resource rooms in the city of Jacobina-BA from the evaluation of teachers who work in them, through a questionnaire applied to 14 teachers in the city of Jacobina, state of Bahia. According to the interviewed subjects, it was possible to infer that the physical structure

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação (UFBA) Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) [osni\\_edfisica@yahoo.com.br](mailto:osni_edfisica@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Umeå University, Suécia. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE). [tmiranda@ufba.br](mailto:tmiranda@ufba.br)

<sup>3</sup>Doutor em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid, com pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE). [magbordas@gmail.com](mailto:magbordas@gmail.com)

**Volume, 17, n.2, ano 2021**

and material evaluated demonstrate that there is still a long way to go so that teachers have a workplace with which they can be considered ideal. The data presented and corroborated by several other researches made it clear that the poor quality with regard to the physical and material structure, both in the multifunctional resource rooms and in the schools where they are located, harms both the teaching work and the students' learning.

**Keywords:** Teaching work conditions; Special education; Multifunction resource rooms.

**Resumen:** El objetivo del artículo fue presentar las condiciones físicas y materiales de las salas de recursos multifuncionales en la ciudad de Jacobina-BA a partir de la evaluación de los maestros que trabajan en ellas, a través de un cuestionario aplicado a 14 maestros en la ciudad de Jacobina, estado de Bahía. Según los sujetos entrevistados, fue posible inferir que la estructura física y el material evaluado demuestran que todavía hay un largo camino por recorrer para que los maestros tengan un lugar de trabajo con el que puedan considerarse ideales. Los datos presentados y corroborados por varias otras investigaciones dejaron en claro que la mala calidad con respecto a la estructura física y material, tanto en las salas de recursos multifuncionales como en las escuelas donde se encuentran, perjudica tanto el trabajo de enseñanza como el aprendizaje de los estudiantes.

**Palabras clave:** Condiciones de trabajo docente; Educación especial; Salas de recursos multifuncionales

## **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo trata da estrutura física e material das salas de recursos multifuncionais (SRM) sob a ótica dos docentes que nelas atuam. Sua importância se dá por conta do atual Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014 a 2024, traz uma série de ações referentes a Educação Especial, aglutinadas especificamente na Meta 4, que tem como foco:

universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 55).

Dentre as 19 estratégias propostas para a consolidação da Meta 4, destaca-se a estratégia 4.3 que visa, entre outras coisas, implantar as salas de recursos

**Volume, 17, n.2, ano 2021**

multifuncionais nas escolas regulares da zona urbanas, rural, inclusive em comunidades indígenas e quilombolas (BRASIL, 2014).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são o espaço mais apropriado para o trabalho com alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Elas possibilitam um tipo de intervenção oferecida no turno oposto da escola regular, denominada de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que assume características específicas a depender da condição do aluno e exige professores com sólida formação para uma intervenção competente (BRASIL, 2008).

Para garantir a articulação entre União, estados e municípios, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia publicou em 2016 um Plano Estadual de Educação (PEE) próprio, em articulação com o PNE federal e homologado pela Lei Estadual nº 13.599/2016.

Assim como no PNE, o Plano Estadual também possui uma série de metas, de modo que na sua meta 4 trata sobre a Educação Especial, como pode ser observado a seguir:

Meta 4: Universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, nas redes regulares de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, até o último ano de vigência deste PEE-BA (BAHIA, 2016, p. 16).

Das dezoito estratégias selecionadas para direcionar e auxiliar na implementação da meta 4 do Plano Estadual, duas delas chamam a atenção por tratar diretamente no tema da estrutura física e material das salas de recursos multifuncionais (SRM), como pode ser observado a seguir:

4.3) ampliar a implantação de salas de recursos multifuncionais, até o sexto ano de vigência deste Plano, em parceria com o Governo Federal, bem como fomentar a formação continuada de professores

**Volume, 17, n.2, ano 2021**

para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas, das comunidades quilombolas e em áreas onde vivem povos de comunidades tradicionais;(...)

4.17) disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, apoio técnico e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e do campo; (BAHIA, 2016, p. 16-18).

Tanto no Plano Nacional quanto no Plano Estadual a importância da estrutura física e material para a implementação das salas de recursos multifuncionais (SRM). De fato, isso é algo a ser valorizado, pois de acordo com Assunção (2010) uma infraestrutura precária dos elementos que compõem as condições físicas e materiais (tamanho e limpeza do espaço físico, iluminação, condições de temperatura e barulho, segurança geral do ambiente etc.) dos locais onde os professores desenvolvem seu trabalho afeta diretamente não só o desenvolvimento educacional dos alunos mas também a saúde e o bem estar dos próprios docentes.

Porém, tais estratégias precisam sair do papel e se materializar diretamente nas escolas, haja vista que alguns anos já se passaram desde a publicação do PNE, de modo que boa parte do caminho já foi percorrido para que o respectivo documento perca sua vigência.

Deste modo, o artigo tem como objetivo apresentar as condições físicas e materiais das salas de recursos multifuncionais do município de Jacobina-BA a partir da avaliação de docentes que atuam nelas.

## **2 MÉTODOLOGIA**

A pesquisa é considerada do tipo exploratória, que teve como foco o desenvolvimento, esclarecimento e/ou (des)construção de ideias e conceitos postos previamente e auxiliar no levantamento de hipóteses ou até na formulação de novas questões que direcionem futuros estudos (GIL, 2010).

**Volume, 17, n.2, ano 2021**

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário adaptado de Borges et al (2015), contemplando as condições físicas e materiais que, segundo o mesmo autor, são uma das categorias que compõem as condições de trabalho. Foi composto de questões fechadas e de múltiplas alternativas que versam sobre a análise das condições físicas e materiais das salas de recursos multifuncionais, além dos elementos materiais, ambientais e de segurança, da escola onde a SRM está localizada, que são responsáveis por parte expressiva das condições de trabalho docente voltado para o Atendimento Educacional Especializado.

O local escolhido para realização da pesquisa foi o município de Jacobina que, situado no Centro Norte do estado da Bahia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem cerca de 83 mil habitantes. De acordo com dados coletados junto a Secretaria Municipal de Educação de Jacobina, no ano de 2017, o município possui 11 escolas (5 na cidade sede e 6 nos distritos) que dispõem de salas de recursos multifuncionais atendidas por dezessete docentes, todas do sexo feminino. Desse universo, quatorze professoras aceitaram participar, o que significa 82,35% do universo encontrado.

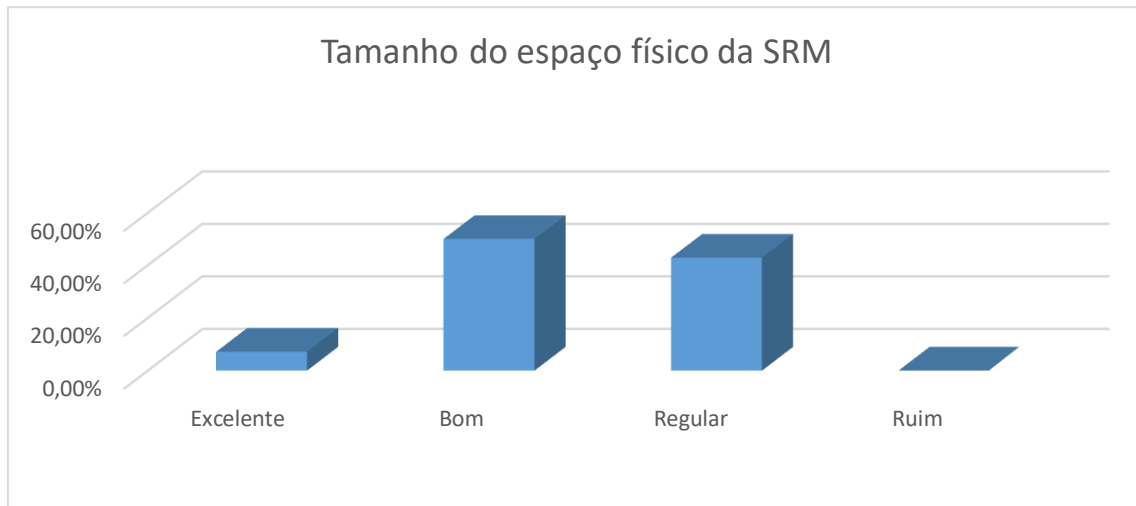
Os dados deste artigo são parte integrante de uma pesquisa submetida e aprovada pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), parecer nº 2532.689.

### **3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS**

Este tópico apresenta uma compilação dos dados coletados pelo questionário sobre a opinião das professoras participantes acerca de diversos elementos que compõem as condições físicas e materiais para as Salas de Recursos Multifuncionais qualificando-os como “Excelente”, “Bom”, “Regular” e “Ruim”.

O gráfico da figura 1 apresenta os dados referentes as percepções dos sujeitos sobre o tamanho do espaço físico destinado a Sala de Recursos Multifuncionais.

**Figura 1** – Percepção dos docentes sobre o tamanho da sala de recursos multifuncionais



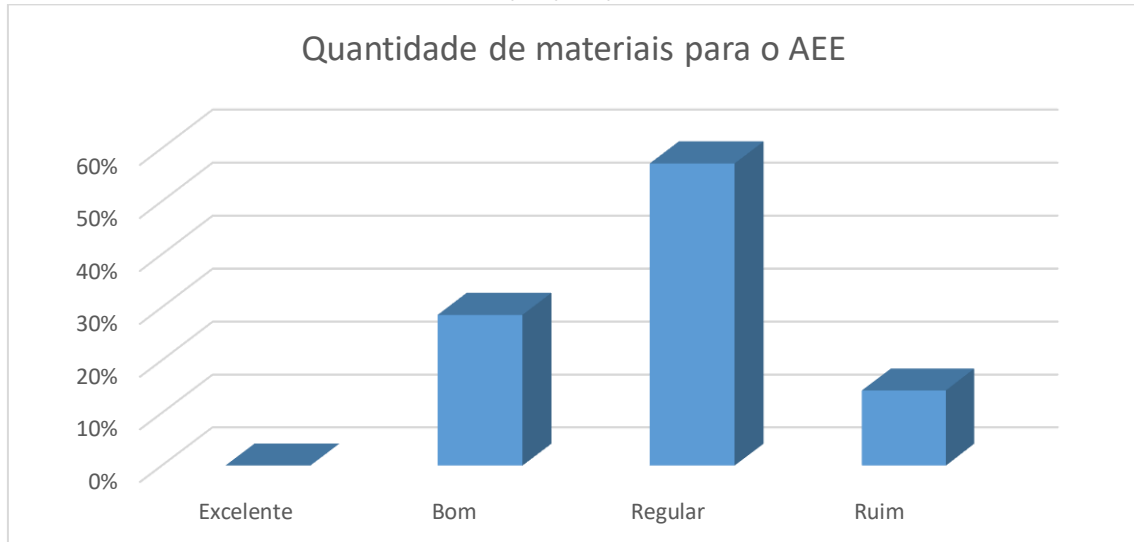
(Fonte: Elaboração própria, 2019)

A figura 1 indica que metade dos entrevistados, ou seja, 50%, consideram “bom”, 42,85% consideram “regular” e apenas 7,14% qualificam como “excelente”. Nenhum docente classificou esse item como sendo “ruim”. Os dados demonstram que mais da metade, somando a porcentagem das respostas de “bom” e “excelente”, consideram que o tamanho de sua SRM é satisfatório.

O tópico seguinte trata sobre a quantidade de materiais pedagógicos usados pelas professoras para o trabalho de Atendimento Educacional Especializado nas SRM.

**Figura 2** – Percepção sobre a quantidade de materiais para o AEE

Volume, 17, n.2, ano 2021



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

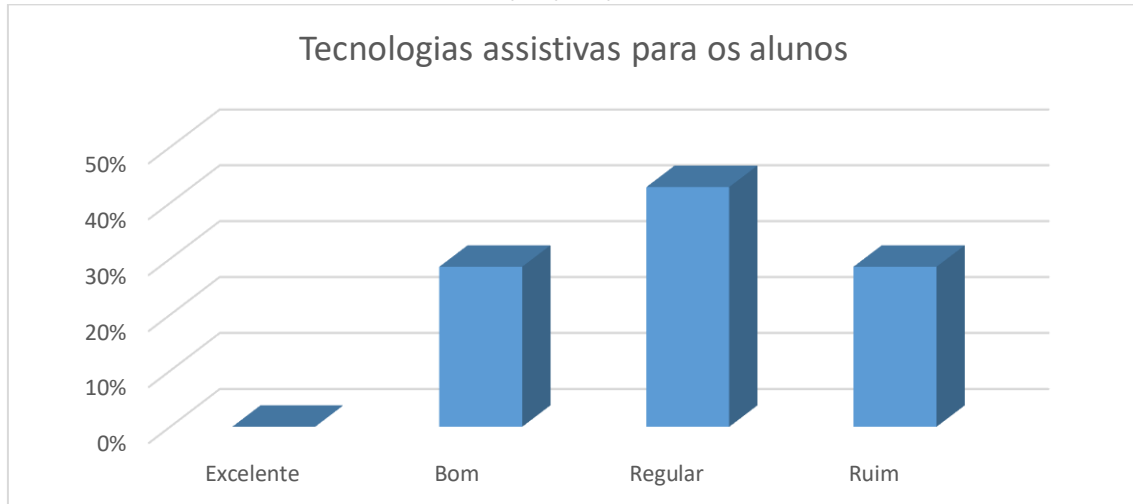
Foi possível observar no gráfico da figura 2 que 57,14% das professoras avaliaram a quantidade de materiais pedagógicos a disposição como “regular”, 28,57% consideraram como “bom”, pra 14,28% é “ruim” e nenhum docente qualificou como “excelente”.

Nesse item a qualidade desse aspecto foi menor do que no anterior, referente ao tamanho da SRM. Tanto o fato de que mais da metade não avaliaram de forma positiva e também pelo fato de que nenhuma professora tenha qualificado esse elemento dos materiais pedagógicos como “excelente”, por si só já demonstra que é necessária uma maior atenção

O terceiro aspecto investigado diz respeito a oferta de Tecnologias assistivas para o uso nas SRM. Nesse caso, a figura 3 aponta que para 42,85% das docentes a oferta como “regular”. Já 28,57% é “ruim”, 28,57% opinaram como “bom” e novamente nenhum docente qualificou a oferta de Tecnologias Assistivas como “excelente”.

**Figura 3** – Percepção sobre as Tecnologias assistivas para os alunos

Volume, 17, n.2, ano 2021



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

Aqui também foi possível observar que a falta de qualificações “excelente” e o alto índice de respostas na alternativa “regular” requer atenção em relação as Tecnologias assistivas. Apesar de não ser objetivo deste artigo é importante registrar que as entrevistadas, fora do questionário, reclamaram da falta de apoio para que possam aprender a usar, dominar e aplicar os diferentes *softwares* e ferramentas assistivas que são oferecidas pelo poder público.

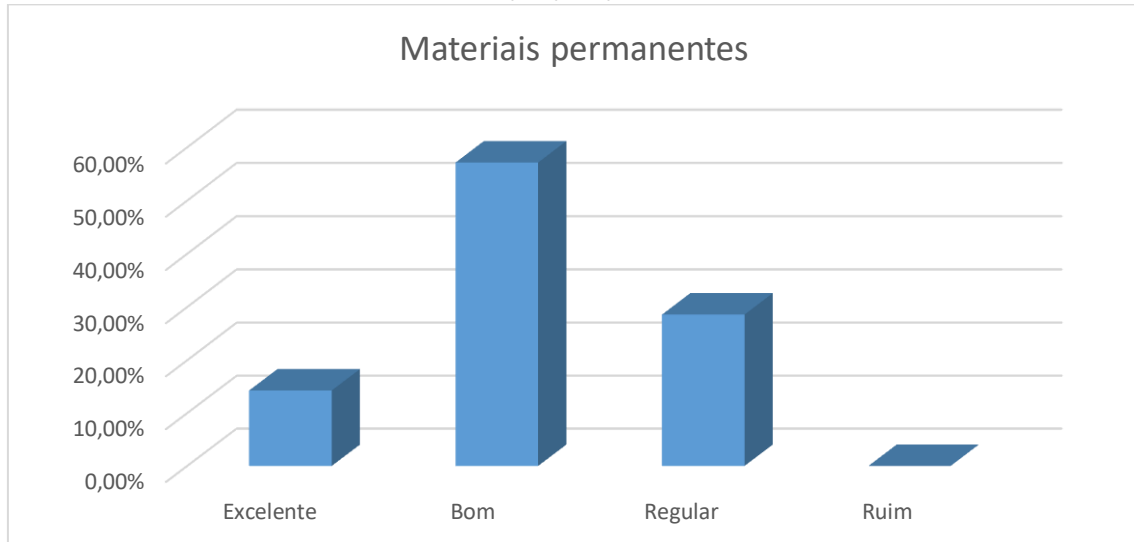
Esse pensamento do problema da falta de qualificação dos professores também é corroborado por Gabardo e Souza (2017) que reafirmam a importância da formação dos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, principalmente no que se referente ao trabalho com tecnologias assistivas, haja vista sua importância no auxílio e ampliação do acesso do aluno à aprendizagem.

O gráfico da figura 4 trata diz respeito a oferta de materiais considerados permanentes, tais como mesas, cadeiras, armários, computadores, impressoras etc. Assim, os dados deixaram claro que 57,14% das professoras qualificaram como “bom”, 28,57% como “regular”, 14,28% consideram a oferta “excelente” e nenhuma marcou “ruim”.

**Figura 4** – Percepção sobre os Materiais permanentes



Volume, 17, n.2, ano 2021



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

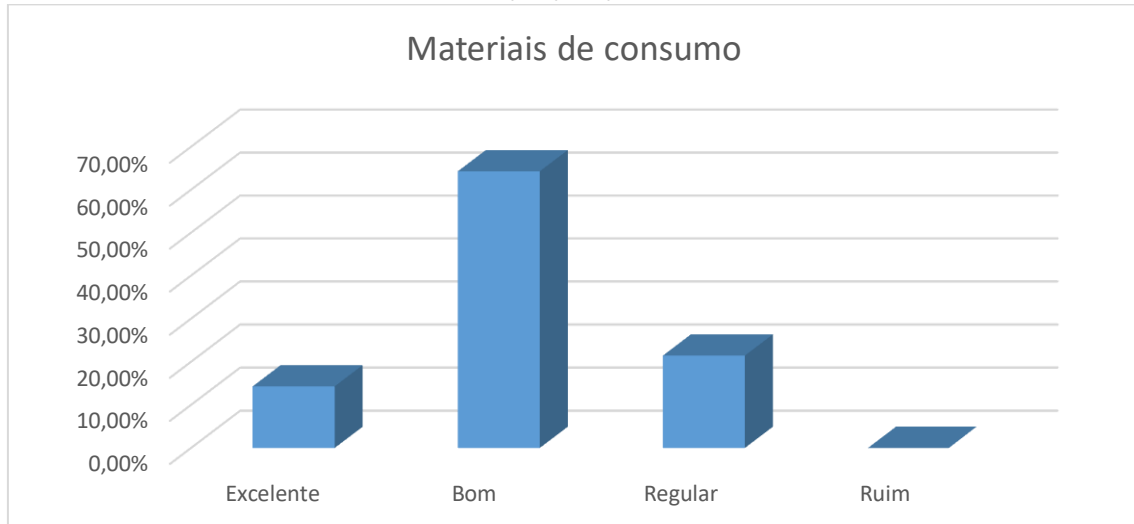
No que se refere a quantidade do material considerado de consumo, exemplificado como canetas, lápis, borrachas, cola, papéis variados entre outros, o gráfico da figura 5 apresenta que 64,28% consideraram “bom”, 21,42% “regular”, 14,28% qualificaram como “excelente” e nenhuma professora marcou a opção “ruim” dentro desse aspecto.

Analisando os dados dos gráficos das figuras 4 e 5 em conjunto, foi possível observar que eles estão entre os três itens mais bem avaliados pelas docentes, pois ao unirmos as respostas “excelente” e “bom” obteremos respectivamente 71,24% de avaliações positivas nos materiais permanentes e 78,56% de satisfação nos materiais de consumo.

**Figura 5** – Percepção sobre os Materiais de consumo



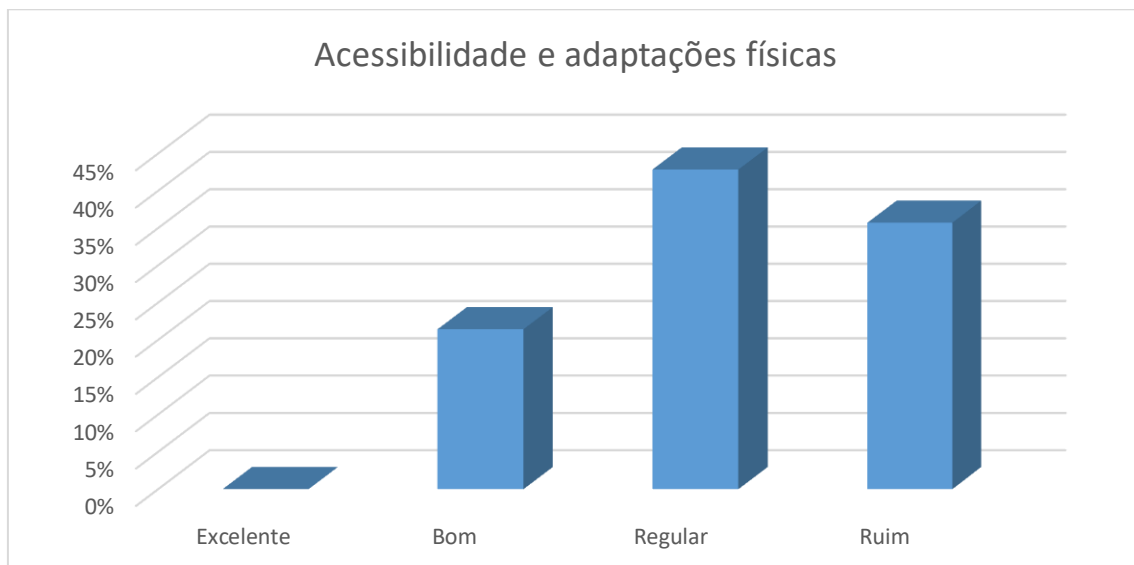
Volume, 17, n.2, ano 2021



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

Outro aspecto referente a estrutura física e material diz respeito a acessibilidade e adaptações físicas das escolas onde as Salas de recursos multifuncionais estão instaladas.

**Figura 6** – Percepção sobre a Acessibilidade e adaptações físicas



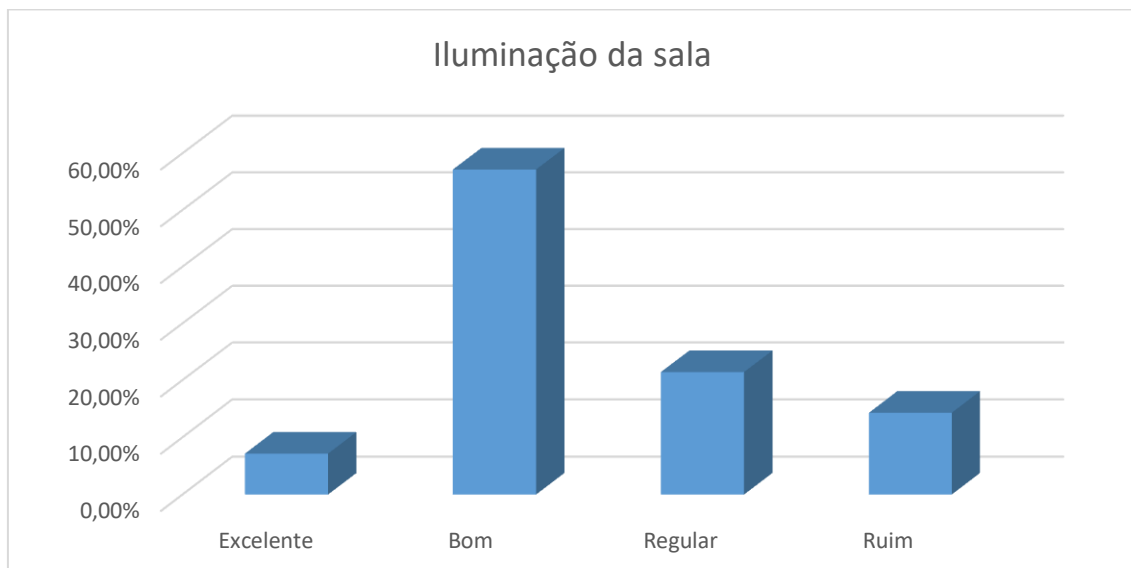
(Fonte: Elaboração própria, 2019)

**Volume, 17, n.2, ano 2021**

Neste caso, o gráfico da figura 6 apresenta que 42,85% das docentes qualificaram esse item como regular, 35,71% consideram “ruim”, 21,42% “bom” e nenhuma marcou “excelente”. Este item apresentou uma das piores avaliações, pois teve um grande percentual de respostas concentradas nas opções “regular” e “ruim”.

A figura 7 apresenta os dados referentes a qualidade da iluminação da Sala de Recursos Multifuncionais.

**Figura 7 – Percepção sobre a Iluminação da sala**



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

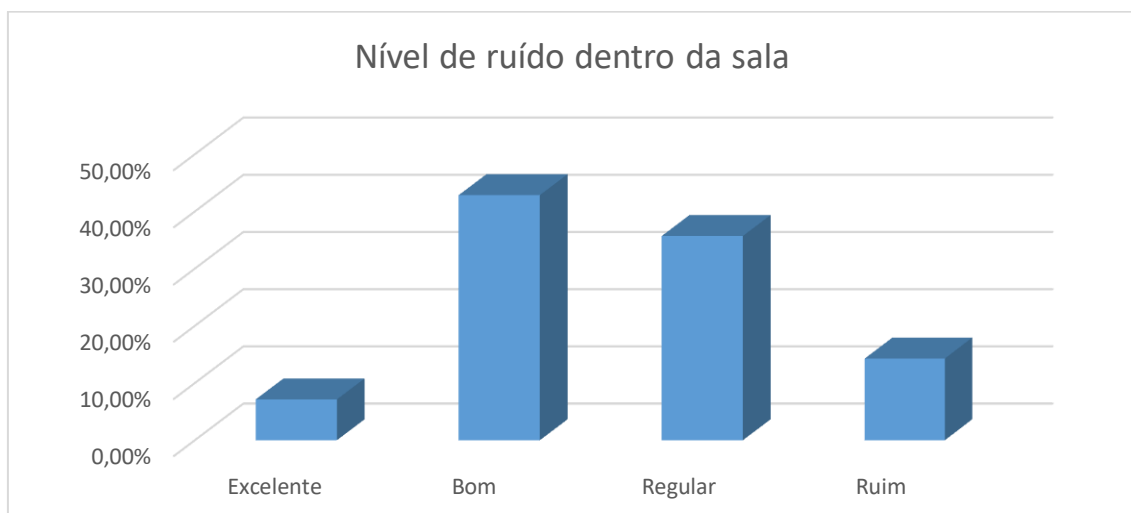
Os dados demonstram que 57,14% dos sujeitos entrevistados indicaram esse item como “bom”, 21,42% consideram “regular”, 14,28% “ruim” e somente 7,14% marcaram “excelente”. De forma geral a iluminação das salas de recursos multifuncionais foi avaliada como satisfatória pela maioria, haja vista que a quantidade de respostas “excelente” e “bom” somaram 64,28%.

No que diz respeito ao gráfico da figura 8 sobre o nível de ruído dentro da sala de recursos multifuncionais, 42,85% das docentes qualificaram como “bom”, 35,71% como “regular”, 14,28% marcaram “ruim” e apenas 7,14% indicaram “excelente”. O fato do trabalho na SRM ser feito com um número reduzido de alunos, em muitos casos

Volume, 17, n.2, ano 2021

de forma individual, contribui de forma significativa para que barulho seja avaliado de forma satisfatória por quase metade das professoras e ainda por ter um baixo percentual de qualificações na opção “ruim”.

**Figura 8** – Percepção sobre o nível de ruído dentro da sala



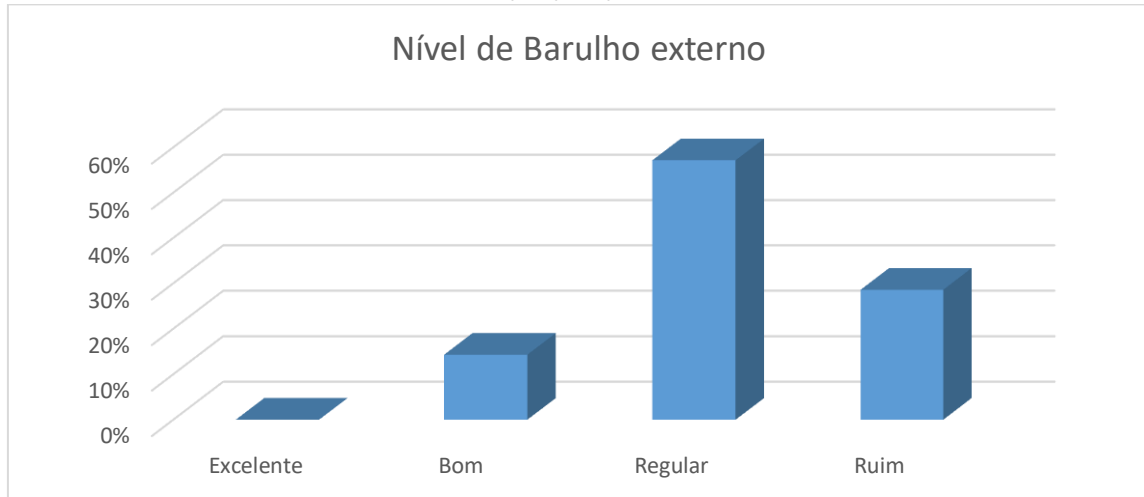
(Fonte: Elaboração própria, 2019)

Outra questão sobre o barulho, dessa vez referente ao lado externo da SRM é apresentada no gráfico da figura 9, onde 57,14% consideram como “regular”, 28,57% “ruim”, 14,28% qualificaram como “bom” e nenhuma docente marcou “excelente”.

**Figura 9** – Percepção dos sobre o nível de ruído externo



Volume, 17, n.2, ano 2021



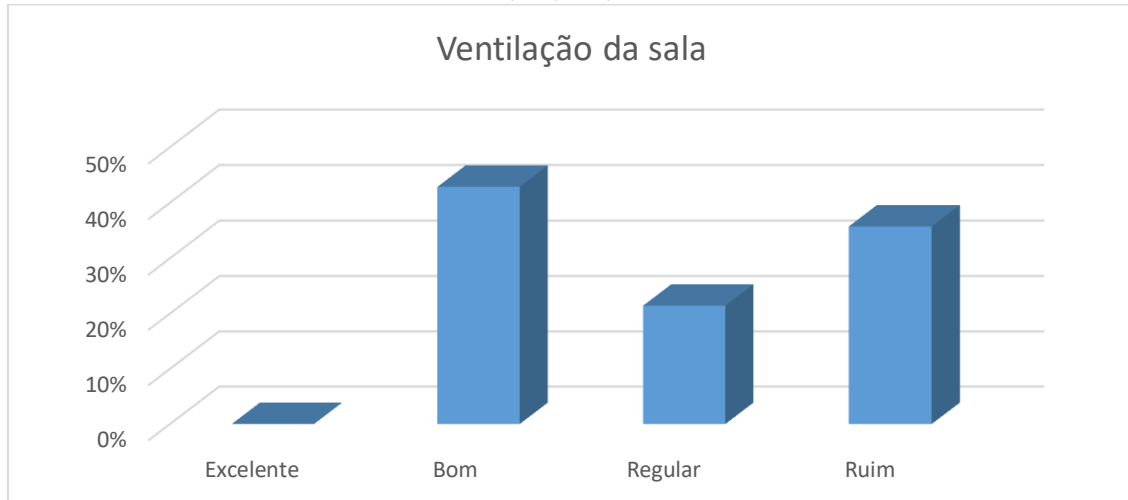
(Fonte: Elaboração própria, 2019)

De forma quase que inversa do que ocorreu no item anterior, o barulho externo apresentou baixo nível de satisfação por conta do reduzido percentual na opção “bom” e nenhuma qualificação na opção “excelente”, demonstrando que possivelmente o fato da SRM ser localizada dentro de escolas regulares, todo o barulho comum, advindos da grande aglomeração de jovens, principalmente no intervalo, juntamente com sons de sirenes de horário, quadra de esportes e até de sons externos a escola, acabaram proporcionando uma avaliação tão negativa desse item. No que tange à ventilação da Sala de recursos multifuncionais, 42,85% dos docentes consideraram como “bom”, para 35,71% é “ruim”, 21,42% qualificaram como “regular” e nenhum indicou “excelente”.

**Figura 10** – Percepção sobre a ventilação da sala



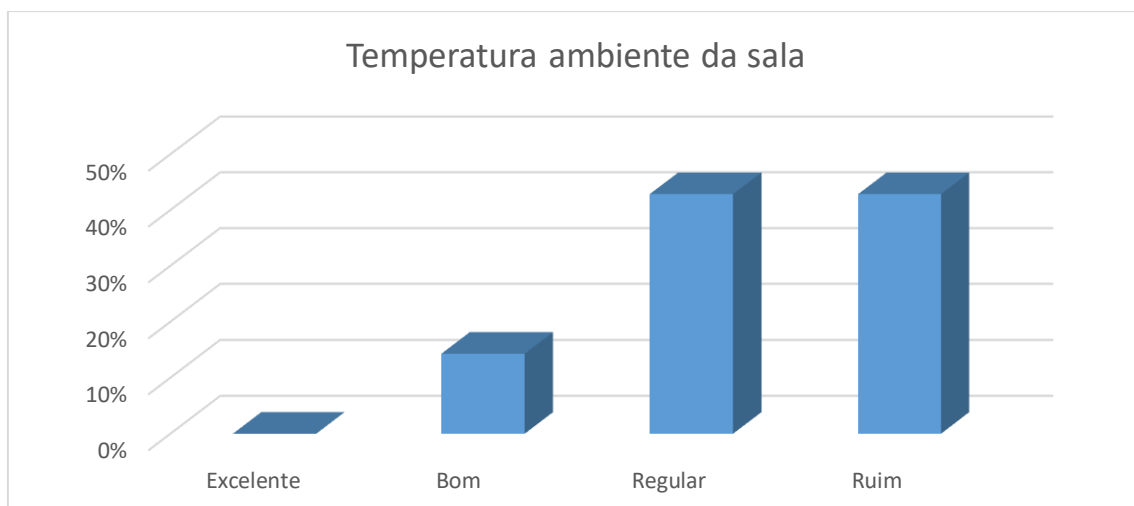
Volume, 17, n.2, ano 2021



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

Observou-se neste item uma grande discrepância entre as respostas, pois os maiores percentuais ficaram concentrados nas opções de resposta “bom” e “ruim”, que são opostas.

**Figura 11** – Percepção sobre a temperatura ambiente da sala



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

Tão importante quanto o item da ventilação há também o elemento da temperatura ambiente das salas de recursos multifuncionais. De acordo com os dados

**Volume, 17, n.2, ano 2021**

coletados, 42,85% consideraram esse item como “regular”, 42,85% qualificaram como “ruim”, 14,28% indicaram como “bom” e nenhuma marcou a opção “excelente” (FIGURA 11).

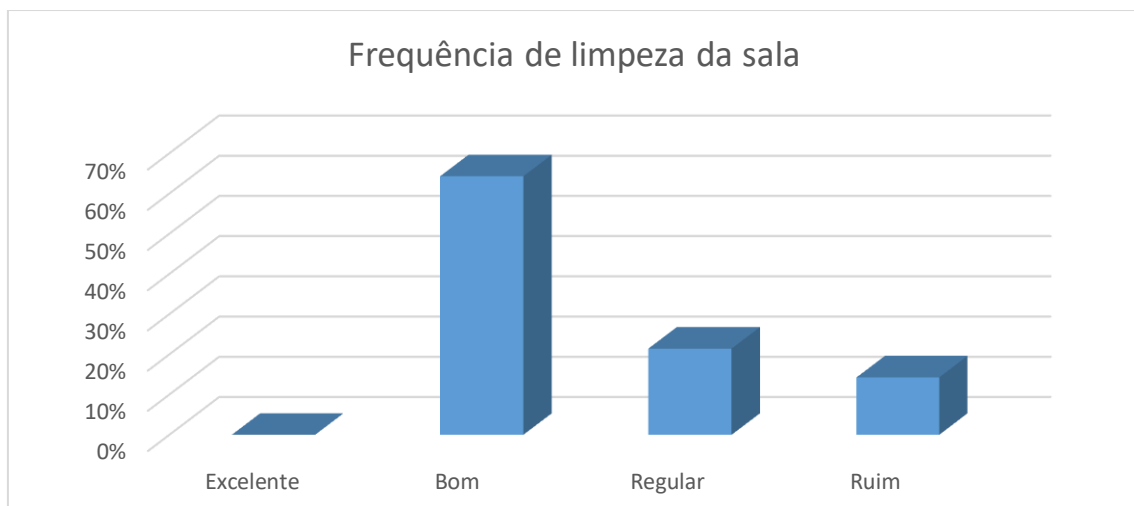
A temperatura ambiente foi o aspecto que apresenta a pior avaliação dentre todos os que foram analisados através dos questionários, já que possui o maior número de qualificações na opção “ruim”.

Uma das explicações refere-se ao fato de que poucas Salas de recursos multifuncionais possuem aparelhos de ar condicionado, sendo que muitas mal tinham janelas que permitiria uma melhor ventilação do ambiente. Este é um dado preocupante, pois o município de Jacobina fica no semiárido nordestino e não é raro que suas temperaturas médias fiquem em torno dos 34 graus.

Sobre o item da frequência de limpeza da sala de recursos multifuncionais, 64,28% dos sujeitos qualificaram como “bom”, para 21,42% é “regular”, 14,28% consideraram “ruim” e nenhum marcou excelente (FIGURA 12).

Esse item foi o que obteve o maior percentual de respostas na opção “bom”, e apesar de não ter obtido nenhuma qualificação de “excelente”, podemos aferir que a frequência de limpeza das salas de recursos multifuncionais não é um grande problema para a maioria dos entrevistados.

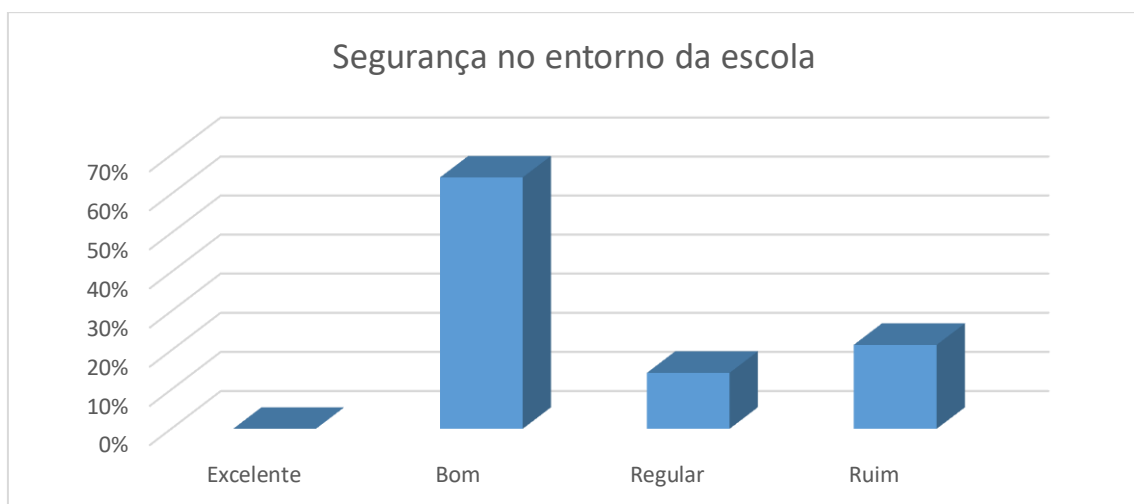
**Figura 12** – Percepção sobre a frequência de limpeza da sala



**Volume, 17, n.2, ano 2021**  
(Fonte: Elaboração própria, 2019)

O último item avaliado diz respeito a sensação de segurança no entorno da escola onde sua SRM está instalada (Figura 13). O gráfico demonstra que 64,28% consideram “bom”, 21,42% “ruim”, 14,28% “regular” e ninguém assinalou a opção “excelente”.

**Figura 13** – Percepção sobre a segurança no entorno da escola



(Fonte: Elaboração própria, 2019)

O alto índice de qualificações na opção bom pode ser compreendido por Jacobina ser um município de pequeno porte do ponto de vista populacional e se encontrar no interior do estado, o que tradicionalmente a sensação de segurança ainda ser maior se comparado com a violência mais presente no cotidiano das capitais e grandes metrópoles do Brasil.

#### **4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os dados acerca da realidade das docentes de Educação Especial do município de Jacobina/BA, referente aos elementos da estrutura física e material das salas de



**Volume, 17, n.2, ano 2021**

recursos multifuncionais, podem ser analisados de forma paralela a alguns outros estudos, entre os quais podemos destacar:

A primeira é a pesquisa de Caiado e Gonçalves (2013) que analisou as condições de trabalho de professores de Educação Especial de escolas municipais de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Neste trabalho, diversos elementos foram analisados, inclusive a estrutura física e material das escolas onde as Salas de Recursos Multifuncionais estão instaladas. As falas das professoras evidenciam a perversa situação de abandono por conta da falta de Salas de recursos multifuncionais em algumas escolas e as que existem funcionam em espaços impróprios por conta do pequeno espaço. Esses achados vão de encontro aos dados obtidos em nosso estudo, haja vista que quase 60% aprovaram o espaço físico de sua SRM.

Outro estudo que aborda a temática é o de Barros e Ramos (2013), realizado com professores de AEE que atuam de forma itinerante em escolas de Ensino Fundamental do município do Recife, capital do estado de Pernambuco. Os resultados da pesquisa demonstraram que, entre outras coisas, existe uma ausência clara de recursos físicos e materiais que limita a atuação do professor e conseqüentemente o desenvolvimento educacional dos alunos. Tais achados não se aproximam aos dados de nosso artigo, pois a maioria das professoras aprovaram os materiais permanentes e de consumo.

Um estudo na mesma região do nosso estudo é o de Rios (2013), que investigou as histórias de vida e trabalho docente de professores da zona rural dos municípios de Caém, Capim Grosso, Jacobina, Serrolândia e Umburanas, todos do interior do estado da Bahia. Os resultados indicaram que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos docentes se refere a falta de estrutura das escolas, o que interfere diretamente e influencia a própria identidade da profissão docente.

Para alguns alunos com deficiência, a acessibilidade é um fator crítico de impedimento para educação. Além disso, de acordo com Albuquerque (2014, p. 157), a falta de acessibilidade limita a autonomia e o pleno gozo dos direitos sociais, pois “aumentam a dependência dos alunos com deficiência, sobretudo, daqueles que têm algum tipo comprometimento motor”.

**Volume, 17, n.2, ano 2021**

A pesquisa de Silva e Guillo (2015), com formulário aplicado a vinte docentes do sexo masculino de escolas públicas estaduais de uma cidade do Sudoeste do estado de Goiás, observou que para 45% faltam materiais didáticos na escola e que a estrutura física e ambiental das escolas é insuficiente. A análise dos autores permitiu afirmar que uma estrutura física e material insuficiente e/ou inadequada interfere diretamente nas condições de trabalho docente e consequentemente no desenvolvimento educacional dos alunos.

Sobre os problemas de ruídos, temos o artigo de Gomes et al (2015) que analisou os aspectos ambientais e psicossociais do trabalho docente de noventa professores de escolas públicas do ensino fundamental e sua relação com o desconforto vocal. Os resultados indicaram que trinta e um docentes possuem sintomas de desconforto na voz, mas somente três estavam realizando tratamento. O mais interessante é que os autores observaram que a principal causa do aparecimento dos sintomas de problemas na voz dos docentes foi a presença de ruído dentro da sala de aula que os obrigava a gritar para serem ouvidos. Esses achados vão ao encontro dos dados obtidos em nosso artigo, pois os ruídos externos foram reprovados pelas professoras que também se dividiram em relação ao ruído interno.

No estudo de Zibetti et al (2011), os autores entrevistaram oitenta docentes que atuam em escolas da Educação Infantil e no Ensino Fundamental de escolas urbanas e escolas do campo de três municípios do estado de Rondônia, buscou compreender as diferentes atribuições da vida profissional, doméstica e pessoal dos docentes. Os resultados demonstraram as más condições da estrutura física da escola e a direta repercussão negativa que essa precariedade tem na saúde e no bem-estar de professores e alunos.

Araújo e Souza (2017), em seu estudo sobre o “ser professor” nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas rurais do Alto Juruá, estado do Acre. Entre os elementos que os autores discutem a partir dos dados levantados está a flagrante estrutura física precária, como explicado pelos próprios autores:

**Volume, 17, n.2, ano 2021**

Essas condições adversas para trabalho com o ensino, leva os professores rotineiramente a enfrentam escassez físicas e materiais que entram o seu desenvolvimento profissional e prejudicam gravemente a sua saúde física e mental: não há bibliotecas, não há livros, não há material básico (giz, pincéis), laboratórios, quadras de esportes, saneamento adequado (banheiro adequado), não há materiais necessários ao desenvolvimento do trabalho, há salas de aula deterioradas e falta de acompanhamento docente. Há um professor, um mestre escola, um professor que representa toda a imagem de escola que uma comunidade pode conceber (ARAÚJO; SOUZA, 2017 p. 20).

Os problemas de estrutura física observados nos estudos de diversos pesquisadores brasileiros não parecem ser diferentes se compararmos com estudos desenvolvidos em outros países.

Em 2005 o Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (OREALC) da UNESCO publicou um grande estudo desenvolvido em escolas públicas de cidades de seis países da América Latina: Rosário na Argentina, Santiago no Chile, Quito no Equador, Guanajuato no México, Lima no Peru e Montevideu no Uruguai. Entre os diversos elementos das condições de trabalho docente analisados a estrutura física das escolas chama a atenção, já que indicaram resultados semelhantes em todas as cidades investigadas, representados pelas más condições das salas de aula, falta de espaço para preparação de aulas e em casos mais graves, até ausência de banheiros (UNESCO, 2005).

O outro estudo internacional é a tese de doutorado de Boukou (2017), que trata sobre a situação vivida por 103 docentes dos ensinos primários e secundários em dois países africanos: a República do Congo (Congo-Brazzaville) e República Democrática do Congo (Congo-Kinshasa). O resultado, entre outras coisas, indicou que existe certa semelhança no que tange a precarização do trabalho dos professores (ainda que ambos possuam sistemas educacionais diferentes), materializados no escasso investimento governamental que gera péssimas condições da estrutura física e material das escolas (BOUKOU, 2017).

Assim, fazendo um contraponto entre os dados coletados nesse estudo e o diálogo com os autores apresentados, foi possível observar que os problemas relacionados com

**Volume, 17, n.2, ano 2021**

as condições físicas e materiais das SRM, apesar de algumas diferenças pontuais, convergem para similaridades acerca dos problemas estruturais referentes a educação, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Os dados apresentados e corroborados por diversas outras pesquisas deixaram claro que a precariedade no que diz respeito a estrutura física e material, tanto das salas de recursos multifuncionais, quanto das escolas onde elas estão localizadas, não só prejudica de forma direta o trabalho docente e, conseqüentemente o aprendizado dos alunos, como também o próprio bem estar dos professores.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do artigo foi apresentar as condições físicas e materiais das Salas de recursos multifuncionais do município de Jacobina-BA a partir da avaliação das professoras que atuam nelas.

De acordo com as respostas das professoras foi possível observar que os aspectos satisfatórios, considerando a quantidade de respostas “excelente” e “bom” que somadas ficaram acima de 50%, são: tamanho do espaço físico, tecnologias assistivas, materiais permanentes, materiais de consumo, iluminação da sala, limpeza e segurança. Do outro lado os aspectos considerados reprovados foram: quantidade de materiais, acessibilidade, ruído externo, ventilação e temperatura. O ruído interno ficou rigorosamente dividido entre as respostas favoráveis e desfavoráveis das professoras.

Esses achados podem balizar futuras ações da gestão municipal no sentido de agir diretamente nos aspectos críticos e que mais prejudicam o trabalho docente nas SRM no AEE. Assim, de acordo com a percepção das professoras de Educação Especial que participaram da pesquisa, os elementos integrantes da estrutura física e material das Salas de recursos multifuncionais demonstram que ainda existe um longo caminho a ser trilhado para que os docentes tenham um local de trabalho com estrutura que possa ser considerado ideal.

Deste modo conclamamos para que mais pesquisas referentes as condições físicas e materiais do trabalho do professor de Educação Especial nas Salas de recursos

Volume, 17, n.2, ano 2021

multifuncionais sejam cada vez mais desenvolvidas, focando outros aspectos que não puderam ser analisados neste artigo e ainda explorando outras realidades existentes nos vários cantos do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. **Prática Pedagógica inclusiva: um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (AEE) em Jaboatão dos Guararapes-PE.** 2014. 340 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; SOUZA, José Valderi Farias de Souza. O trabalho docente na educação do campo. **Revista Espacios.** Vol. 38, nº 30, p. 12-22, 2017.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Adoecimento. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

BAHIA, **Lei Estadual nº 13.599, de 11 de maio de 2016.** Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências. Salvador, BA.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF.

BARROS, Mércia Ramos de; RAMOS, Kátia Maria da Cruz. Lugar do professor itinerante no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental. In: LOPES, Amélia; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva; OLIVEIRA, Dalila Andrade; HYPÓLITO, Álvaro Moreira (Orgs.) Trabalho Docente e Formação: Políticas, Práticas e Investigação: Pontes para a mudança. **Anais do II Encontro Luso Brasileiro,** Porto, Portugal, 2013, p. 4375-4384.

BORGES, Livia de Oliveira; ALVES FILHO, Antônio; COSTA, Maria Teresa Pires; FALCÃO, Jorge Tarcisio da Rocha. Condições de trabalho. In P. F. Bendassolli & J. E. Borges-Andrade (Org.), **Dicionário Brasileiro de Psicologia do Trabalho e das Organizações.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2015.

BOUKOU, Jean Claude. **Identites Professionnelles des Enseignant(e)s: Analyse des Situations et études comparatives entre le Congo-Brazzaville et le Congo-Kinshasa.** 2017. 338 p. Thèse (Doctorat en Sociologie du travail) Conservatoire National des Arts et Métiers. Paris.

Volume, 17, n.2, ano 2021

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, MEC/SEESP, Brasília, DF, 2008.

CAIADO, Katia Regina Moreno; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Educação especial em escolas do campo: análise de um município do estado de São Paulo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 50, p. 179-193, ago. 2013.

GABARDO, Raianny Louisy Bahniuk; SOUZA, Nelly Narcizo de. O atendimento educacional especializado e as tecnologias assistivas para a deficiência física/neuromotora. **Ensaios Pedagógicos**, v. 7, n.1, p. 1 – 13, Jan/Jun, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nayara Ribeiro Gomes, MEDEIROS, Adriana Mesquita de, TEIXEIRA, Letícia Caldas. Condições de trabalho em professores e relação com os sintomas vocais. **Anais do XXIII Congresso brasileiro e IX Congresso internacional de Fonoaudiologia**. Salvador, BA, 2015, p. 1-9.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Diversidade, narrativas e trabalho docente na roça. In: LOPES, Amélia; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva; OLIVEIRA, Dalila Andrade; HYPÓLITO, Álvaro Moreira (Orgs.) Trabalho Docente e Formação: Políticas, Práticas e Investigação: Pontes para a mudança. **Anais do II Encontro Luso Brasileiro**, Porto, Portugal, 2013, p. 4481-4491).

SILVA. Regisnei Aparecido Oliveira; GUILLO. Lídia Andreu. Trabalho docente e saúde: um estudo com professores da educação básica do sudoeste goiano. **Itinerarius Reflectionis**. v. 11, n. 2, p. 1-17, 20 dez. 2015.

UNESCO. **Condiciones de trabajo y salud docente**: estudios de casos em Argentina, Chile, Ecuador, México, Perú y Uruguay. Santiago de Chile: UNESCO-OREALC, 2005.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonnato; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa; SARTORO, Edimar Roberto de Lima. Trabalho docente e saúde: um estudo a partir da perspectiva de gênero. **Revista de Ciências Humanas**. Frederico Westphalen, v. 12, nº 18, p. 57 – 75, Jun. 2011.